Novembro 2023

Organizações de defesa dos consumidores pela redução de danos do tabaco

O que é a defesa dos consumidores pela redução de danos do tabaco?

A redução de danos do tabaco é uma intervenção com potencial para salvar as vidas de milhões de pessoas em todo o mundo[i]. Para usuários de produtos de tabaco de alto risco, como cigarros e alguns tabacos orais, ela oferece a oportunidade de mudar para uma gama de produtos de nicotina mais seguros que representam menos riscos para a saúde. Esses produtos incluem vapes de nicotina (cigarros eletrônicos), snus[ii], sachês de nicotina[iii] e produtos de tabaco aquecido. Embora alguns governos estejam incentivando as pessoas que fumam a mudar para produtos de nicotina mais seguros, em muitos países, o acesso a esses produtos está sendo limitado ou até mesmo totalmente proibido.

Existem atualmente cerca de 82 milhões de pessoas que vapeiam em todo o mundo[iv] e um total de cerca de 112 milhões de usuários de todas as opções de redução de danos combinadas. No entanto, apenas uma pequena parte desse grande grupo de consumidores defende ativamente a redução de danos do tabaco. A maioria das pessoas que mudaram para produtos de nicotina mais seguros não está ciente de que o futuro dos produtos que usaram para deixar de fumar não está assegurado. Isso porque especialistas nacionais e internacionais na área da saúde, cientistas e indivíduos responsáveis pela elaboração de políticas públicas continuam divididos quanto ao benefício relativo que os PNMSs podem representar para a saúde pública como recurso para a cessação do tabagismo.

Os defensores dos direitos dos consumidores pela redução dos danos do tabaco querem garantir a disponibilidade dos produtos de nicotina mais seguros como alternativa para todas as pessoas que fumam, onde quer que vivam no mundo. Suas abordagens e atividades dependem da situação específica de cada país e região, mas todos estão trabalhando no sentido de conscientizar o público sobre a redução de danos do tabaco. Quando propostas regulatórias ameaçam restringir o acesso a algum produto, muitas vezes são os ativistas dos direitos dos consumidores que manifestam oposição e fazem campanha por uma regulamentação adequada.

O ativismo na defesa dos consumidores tem muitas formas, desde indivíduos que usam as redes sociais ou blogs até organizações e grupos mais formais. Até hoje, pouco foi escrito sobre essas organizações. Uma pesquisa conduzida pelo projeto Global State of Tobacco Harm Reduction indica que a maioria desses grupos é organizada de maneira informal[v], é dirigida por voluntários sem experiência prévia no ativismo e têm pouca estrutura formal.

Por que a voz do consumidor é importante?

Os consumidores de produtos de nicotina mais seguros têm o direito à saúde e o direito à redução de danos do tabaco[vi]. Isso significa que eles têm o direito de optar por utilizar produtos que melhorem a própria saúde se não puderem ou não quiserem parar de consumir nicotina. Os fumantes e as pessoas que utilizam produtos de nicotina mais seguros são afetados significativamente pelas políticas relativas ao tabaco e à nicotina, geralmente descritas como "controle do tabaco". Também são os que mais podem se beneficiar da redução de danos do tabaco.

As pessoas que usam produtos de nicotina mais seguros têm insights cruciais, nascidos das suas próprias experiências, sobre como o problema do tabagismo pode ser corrigido. Elas sabem do que os consumidores precisam, como os produtos funcionam e como os consumidores usam os produtos. Esses conhecimentos e experiências são inestimáveis para cientistas, reguladores, políticos e fumantes. Os pontos de vista e as necessidades das pessoas que utilizam produtos de nicotina mais seguros devem estar no centro das discussões no nível nacional ou internacional sobre a futura disponibilidade e regulamentação desses produtos. Esse princípio pode ser resumido pela frase "nada sobre nós sem nós", um mantra já utilizado por movimentos anteriores de redução de danos.

Por que o ativismo dos consumidores por produtos de nicotina mais seguros começou?

A Consumer Advocates for Smoke-free Alternatives Association (CASAA), fundada em 2009 nos EUA, foi uma das primeiras organizações a ser criada. Nos anos seguintes, começaram a surgir outros grupos e associações de consumidores, principalmente na Europa e Oceania.

Uma das primeiras grandes mobilizações de consumidores pelo acesso a produtos de nicotina mais seguros teve lugar no Reino Unido em 2010, quando a Agência de Regulamentação de Medicamentos e Produtos de Saúde (MHRA) britânica abriu uma consulta sobre a inclusão dos dispositivos de vaping no regime de licenciamento de medicamentos[vii].

Embora não estivessem sujeitos a uma lei específica, os dispositivos de vaping à venda no Reino Unido já eram regulamentados pela legislação sobre segurança de produtos. Muitos vapers estavam preocupados com o fato de que, com a passagem de seus produtos preferidos para a categoria dos medicamentos, o governo do Reino Unido dificultasse o acesso às alternativas que eles consideravam essenciais para permanecerem livres do tabagismo.

Foram apresentadas mais de mil respostas à consulta aberta da MHRA[viii]. A grande maioria era de indivíduos, muitos dos quais compartilharam suas experiências pessoais com a substituição do cigarro por produtos de vaping. Muitas pessoas manifestaram o receio de que, na prática, o licenciamento dos produtos de vaping como medicamentos resultasse na sua retirada do mercado, enquanto os cigarros combustíveis continuariam disponíveis e protegidos pela legislação. Outras expressaram o temor de que o retorno ao tabagismo seria inevitável. Esses esforços foram bem-sucedidos, e, em março de 2011, a MHRA anunciou a intenção de não tomar nenhuma medida em relação ao status dos produtos de vaping, bem como o compromisso de continuar realizando pesquisas e avaliações.

Na Europa, os ativistas dos direitos dos consumidores foram compelidos a agir mais uma vez em 2013, quando surgiram novas propostas de regulamentação dos dispositivos de vaping como medicamentos, desta vez como parte do projeto da Diretiva de Produtos de Tabaco da UE (DPT/UE). Havia também discussões na UE sobre a limitação do teor de nicotina dos cigarros eletrônicos a níveis tão baixos que seria pouco provável que eles pudessem satisfazer os fumantes interessados em adotá-los. Essa medida teria efetivamente eliminado os vapes de nicotina como alternativa viável aos cigarros combustíveis.

Uma campanha popular se formou em toda a Europa em reação às propostas da DPT/UE. Preocupadas que a sua "cura milagrosa" para o tabagismo pudesse ser efetivamente proibida, algumas das pessoas que tinham parado de fumar mudando para produtos de vaping foram obrigadas a se tornarem ativistas pela redução de danos do tabaco. A campanha não foi orquestrada por um indivíduo ou uma organização, mas tinha o objetivo comum de mobilizar as pessoas a escreverem aos seus representantes

no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais para compartilhar suas experiências e manifestar suas opiniões.

Em toda a Europa, milhares de vapers enviaram e-mails aos seus representantes, contando como tinham deixado de fumar ao adotarem o vaping e exigindo que os vapes continuassem a ser um produto de consumo. A campanha foi organizada principalmente através de fóruns de vaping na internet, uma vez que, à época, ainda não havia grupos europeus organizados de consumidores. Diversas iniciativas também foram lançadas, incluindo abaixo-assinados e protestos, e, após uma campanha bem-sucedida, os produtos de vaping continuaram disponíveis como produtos de consumo no âmbito da DPT/UE.

O que veio depois?

Ficou evidente que as comunidades de vapers estavam dispostas a se mobilizarem para defender o direito de continuar acessando os produtos que as beneficiavam. Mas a experiência com a UE mostrou aos ativistas dos direitos dos consumidores que eles precisavam se organizar mais. Grupos nacionais de consumidores começaram a se formar. A existência desses grupos significava que os consumidores podiam estabelecer canais de comunicação com a mídia, políticos, cientistas e reguladores, embora isso nem sempre fosse fácil. Tendo começado como um verdadeiro movimento popular, a maioria dos consumidores que defendia a redução de danos do tabaco não tinha experiência com o ativismo, nem muitos deles queriam assumir a dianteira do movimento. Mas, como no caso do vaping na UE, a mobilização dos consumidores cresceu no mundo todo em resposta a ameaças regulatórias em outras regiões.

O que sabemos sobre as atuais organizações de defesa do consumidor?

Em 2022, um estudo do Global State of Tobacco Harm Reduction, publicado na Public Health Challenges, identificou 54 organizações de defesa dos consumidores atuando em todo o mundo. O estudo se concentrou especificamente em grupos nacionais e regionais criados e organizados por consumidores de PNMSs. Um questionário foi respondido por membros de 52 grupos.

Muitos desses grupos eram afiliados a quatro organizações regionais, que abrangem a América Latina (ARDT Iberoamerica), África (CASA), Europa (ETHRA) e Ásia-Pacífico (CAPHRA).

Antes de se transformarem em grupos de ativistas, a maioria começou informalmente, muitas vezes on-line, à medida que pessoas que tinham mudado do tabagismo para o vaping ou outros produtos de nicotina mais seguros se conheciam e se organizavam. Nenhum dos grupos entrevistados pelo GSTHR foi fundado por profissionais. A maioria das pessoas envolvidas não pretendia se tornar ativista nem criar organizações, mas decidiu agir em resposta às mudanças regulatórias ou legislativas propostas em seus países.

Os objetivos da maioria dos grupos são conscientizar os fumantes, o público, os governos e a mídia quanto a alternativas mais seguras ao tabagismo, bem como defender um ambiente legal e regulatório no qual esses produtos estejam disponíveis. Uma atividade fundamental de quase todas as organizações consiste em fornecer informações aos seus apoiadores e ao público em geral, especialmente às pessoas que ainda fumam.

Como os grupos são organizados e financiados?

Das 52 organizações populares de defesa dos consumidores que responderam à pesquisa, 13 atuavam na América Latina, oito na África, 24 na Europa, cinco na região Ásia-Pacífico e duas na América do Norte. A Europa Oriental, a Ásia Central e o Oriente Médio não contavam com nenhum grupo de ativistas. Os grupos operavam em 27 idiomas, e 36 deles se formaram a partir de 2016.

A grande maioria (42 organizações) atuava com voluntários, e apenas sete dispunham de pessoal contratado ou remunerado. O número máximo de funcionários era de três (para dois grupos). Outras duas organizações tinham dois funcionários cada, e três tinham apenas uma pessoa cada. Tomando a amostra da pesquisa como um todo, isso equivale a apenas 13 pessoas em posições remuneradas entre todas as organizações entrevistadas.

A falta de recursos operacionais se reflete no baixo nível de financiamento. Um total de 31 grupos não recebia nenhum apoio financeiro. Para as 21 organizações com algum tipo de financiamento, este variava de US$ 250,00 a US$ 173.500,00 para o último ano completo.

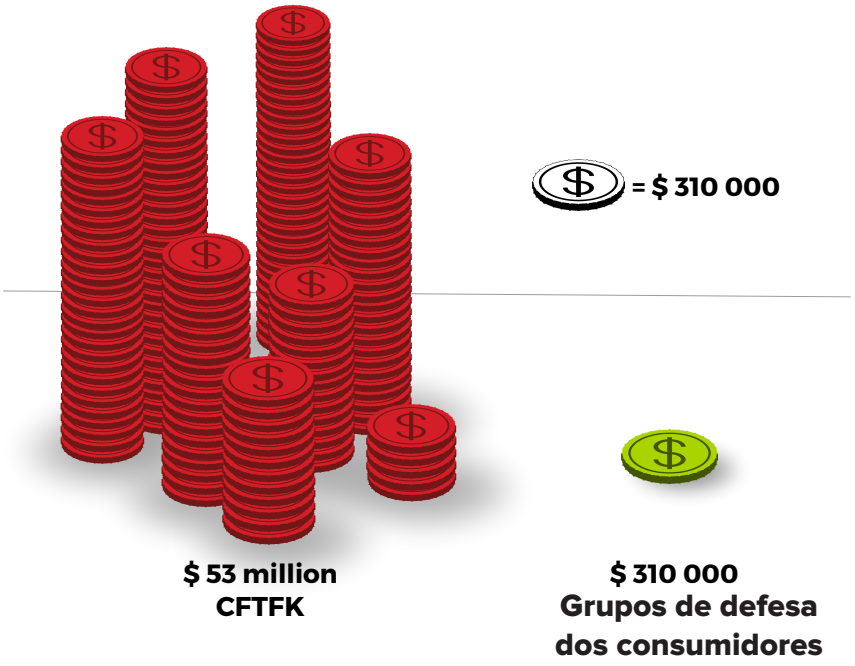
No geral, nos 12 meses anteriores, o financiamento total para todos os grupos pesquisados era de apenas US$ 309.810,00, obtidos a partir de doações (para dez grupos) e taxas de adesão (para nove grupos). Três grupos recebiam doações de empresas de vaping. Nenhum dos 52 grupos tinha financiamento proveniente de empresas farmacêuticas ou de tabaco.

Que obstáculos as organizações de defesa dos consumidores enfrentam na redução de danos do tabaco?

Uma das principais questões relatadas por todas as organizações entrevistadas foi a falta de fundos e recursos. A maioria delas também indicou a falta de voluntários e de envolvimento da comunidade, a falta de mobilização e participação ativa dos usuários de produtos de nicotina mais seguros e a dificuldade de levar sua mensagem aos indivíduos interessados. Muitas também relataram as atitudes negativas de grande parte da mídia, profissionais de saúde, médicos e indivíduos de organizações de controle do tabaco.

O desafio que os ativistas pela defesa dos consumidores enfrentam é ilustrado pela quantidade de apoio e de recursos que recebem, em comparação com o financiamento disponível para as organizações que lutam contra a redução de danos do tabaco. Essa disparidade pode ser demonstrada pela Campaign for Tobacco Free Kids (Campanha pela Infância Livre do Tabaco), que recebeu US$ 160 milhões da Bloomberg Philanthropies em 2019 para fazer campanha contra os sabores para vapes de nicotina em todo o mundo ao longo de três anos[ix]. Grupos como esse questionam a segurança e a eficácia dos produtos de nicotina mais seguros na cessação do tabagismo, apesar de evidências significativas em contrário. Sua notoriedade e seu financiamento significativo garantem que seus pontos de vista sejam amplamente representados na mídia nacional e internacional.

Uma comparação do financiamento fornecido pela Bloomberg Philanthropies à CFTFK durante um ano para o combate aos vapes de nicotina flavorizados versus o total anual recebido por todos os grupos de defesa dos consumidores em todo o mundo



Em 2018, a Bloomberg Philanthropies também lançou uma iniciativa global de vigilância do setor denominada STOP (Stopping Tobacco Organizations and Products), com financiamento de US$ 20 milhões. Cobrindo os primeiros três anos dessa iniciativa, a Universidade de Bath, no Reino Unido, recebeu US$ 15 milhões da Bloomberg Philanthropies[x], mais uma parcela de um aporte adicional de US$ 420 milhões em fevereiro de 2023, destinado financiar o trabalho da STOP até dezembro de 2024[xi].

Além disso, a estigmatização das pessoas que fumam e, por extensão, dos consumidores de produtos de nicotina mais seguros, significa que existem poucas vias de financiamento disponíveis. A maioria das pessoas comuns reluta em doar dinheiro para essa causa. Consequentemente, os grupos de consumidores são limitados quanto ao que podem fazer, e pode ser difícil para os indivíduos se manterem engajados e motivados durante as campanhas.

Os ativistas pelos direitos dos consumidores pela redução de danos do tabaco nunca puderam participar das reuniões da Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT)[xii]. Nesses eventos bianuais, delegações governamentais de todo o mundo se reúnem para discutir políticas relativas ao tabaco e à nicotina, antes de tomar decisões que afetam a implementação da CQCT no nível nacional e outras medidas internacionais de controle do tabaco. Nenhum grupo de consumidores até hoje teve permissão para assistir aos trabalhos, e muito menos foi convidado a se manifestar na COP. Isso apesar do fato de que os consumidores são as pessoas mais afetadas pelas decisões produzidas nessas reuniões. Essa restrição também é muito diferente da postura adotada pelas reuniões da COP para discutir a mudança climática, nas quais um amplo espectro de grupos da sociedade civil é convidado a observar ou assumir um papel ativo nos debates.

Com frequência, os grupos de consumidores são falsamente acusados de agir em nome da indústria do tabaco ou de serem seus "serviçais". Essa associação se deve principalmente ao fato de que a indústria

do tabaco agora fabrica alguns dos produtos de nicotina mais seguros que os consumidores estão utilizando para evitar o tabagismo. As acusações são feitas até mesmo por profissionais da saúde pública, muito embora os dispositivos de vaping não tenham sido desenvolvidos pela indústria tradicional do tabaco e esta só tenha começado a investir substancialmente em produtos e empresas de vaping após 2012. Em 2023, elas detêm apenas uma pequena participação no mercado global.

O que já realizaram as organizações de defesa do consumidor pela redução de danos do tabaco?

Apesar da escassez de recursos organizacionais e de financiamento, todos os grupos que participaram da pesquisa do Global State of Tobacco Harm Reduction citaram ações e realizações importantes. Por exemplo, contatos com os meios de comunicação, obtenção de cobertura na mídia impressa e televisiva, apresentação de propostas em consultas feitas por órgãos governamentais, regulatórios e consultivos, participação em audiências públicas, organização de webinars e reuniões presenciais, contato com parlamentares, apoio ao lançamento de novos grupos, execução de campanhas nas redes sociais, organização de protestos e ações judiciais, desenvolvimento de contatos com ministérios e contribuições para a elaboração de normas nacionais para cigarros eletrônicos.

Em anos recentes, os defensores dos PNMSs obtiveram resultados consideráveis para os consumidores. Através de ações judiciais, contestaram a intenção dos governos da Índia e do México de proibir os dispositivos de vaping. Mais recentemente, através de processos consultivos na Nova Zelândia e nas Filipinas, os consumidores desempenharam um papel importante na garantia do acesso regulamentado aos produtos de vaping. Os seguintes estudos de casos nacionais resumem as atividades desses grupos de consumidores.

Índia

Em 2014, a Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS manifestou temores quanto aos produtos de nicotina mais seguros e, em resposta, o governo indiano decidiu proibi-los. A organização sem fins lucrativos Association of Vapers India (AVI) foi registrada formalmente por consumidores em 2016. Com o apoio de advogados trabalhando pro bono, a AVI foi aos tribunais de todo o país para contestar iniciativas de proibição dos vapes impostas no nível estadual, e solicitou aos principais tribunais superiores que bloqueassem decisões do governo central. As decisões judiciais retardaram a proibição por muitos anos, mas, por fim, o governo contornou os processos legais normais e emitiu um decreto proibindo a venda, a fabricação e a importação de vapes de nicotina no final de 2019. Essa medida controversa foi aprovada às pressas pela bancada majoritária do governo no Parlamento alguns meses depois.

Após a proibição de 2019, grupos de ativistas pela redução de danos do tabaco continuaram a receber uma cobertura significativa da mídia no país, e, em maio de 2023, o governo indiano emitiu uma ordem impedindo a publicação de material considerado “pró-vaping”. Essa medida é vista pela AVI e por outros grupos como um reconhecimento do sucesso dos esforços dos consumidores para garantir que os 120 milhões de fumantes do país tenham acesso a alternativas mais seguras.

México

Criada em 2017, a Pro-Vapeo México é uma associação sem fins lucrativos formada por consumidores interessados em promover e conscientizar o público sobre os benefícios para a saúde decorrentes da mudança do tabagismo para o uso de produtos de nicotina mais seguros. Seu objetivo é ajudar as

autoridades de saúde, os políticos, o público em geral e a mídia a compreender melhor a necessidade de debates abertos e inclusivos sobre a implementação de políticas de apoio à redução de danos do tabaco.

Nos últimos seis anos, o grupo foi entrevistado por vários meios de comunicação impressos e televisivos, além de estabelecer fortes vínculos com os próprios consumidores. Seus membros têm interagido com os legisladores do país, participando de fóruns organizados pelo Senado do Congresso Federal mexicano. Também apresentaram provas documentais em um caso no qual a Suprema Corte de Justiça do México decidiu que a proibição total dos produtos de vaping era inconstitucional. Como resultado, embora a venda e a promoção de vapes agora seja proibida no país, seu uso ainda é legal quando da elaboração deste documento.

Nova Zelândia

As organizações de defesa dos consumidores, incluindo a Aotearoa Vapers Community Advocacy, queriam estabelecer um mercado regulamentado para o vaping na Nova Zelândia. Os grupos de consumidores estavam preocupados com a segurança desses produtos, mas queriam preservar o acesso dos fumantes aos vapes.

Os ativistas trabalharam em estreita colaboração com representantes eleitos, autoridades governamentais e profissionais de saúde, e apresentaram evidências que incluíam as pesquisas científicas mais recentes e políticas de outros países, além das experiências vividas pelos próprios consumidores. As relações com os políticos foram construídas com base na confiança, no respeito e na compreensão.

O sucesso de seus esforços ajudou a embasar a Lei de Ambientes Livres de Fumaça e Produtos Regulamentados (Vaping) de 2020[xiii]. Essa legislação procurava encontrar um equilíbrio entre garantir a disponibilidade dos produtos de vaping para fumantes que desejam mudar para uma alternativa menos prejudicial e, simultaneamente, assegurar que esses produtos não sejam promovidos nem vendidos aos jovens.

Filipinas

Nas Filipinas, havia temores de que os vapes pudessem ser totalmente proibidos devido aos esforços de grupos anti-vaping financiados pela Bloomberg Philanthropies. Um dos grupos que liderou a mobilização para manter os vapes no mercado foi o The Vapers Philippines, cuja abordagem foi inspirada pelo trabalho dos ativistas neozelandeses. Eles apresentaram evidências científicas e experiências dos consumidores a várias partes interessadas e, utilizando o exemplo recente do novo quadro regulatório da Nova Zelândia, contribuíram para influenciar a Lei de Regulamentação dos Produtos de Nicotina Vaporizada, assinada em 2022. A lei impôs restrições sobre onde os produtos de vaping poderiam ser vendidos, embora também tenha reduzido a idade mínima para a compra de 21 para 18 anos. Porém, em uma região onde o vaping havia sido proibido em vários países próximos, esse projeto de lei estabeleceu o vaping como uma estratégia aprovada pelo governo para ajudar a reduzir os riscos para a saúde dos fumantes.

Conclusão

O objetivo maior dos ativistas pela defesa dos direitos dos consumidores na redução de danos do tabaco é garantir, para si mesmos e para outras pessoas, o acesso contínuo aos produtos de nicotina mais seguros que os ajudaram a parar de fumar. Trata-se de grupos populares frágeis, sobrecarregados e com poucos recursos, mas com um enorme potencial. Como demonstra este documento, há numerosos exemplos de resultados positivos do envolvimento ativo dos consumidores. Em outras áreas comparáveis da saúde pública, a importância da experiência vivida na tomada de decisões é reconhecida. Da mesma

forma, os consumidores de produtos de nicotina mais seguros devem ser reconhecidos pelos governos de todo o mundo como vozes importantes no esforço coletivo para pôr fim à epidemia do tabagismo.

Para mais informações sobre o trabalho do Global State of Tobacco Harm Reduction ou os pontosdiscutidos nesta publicação, entre em contato com info@gsthr.org

Sobre nós: Knowledge•Action•Change (K•A•C) promove a redução de danos como estratégia de saúde pública essencial fundamentada nos direitos humanos. Nossa equipe tem mais de 40 anos de experiência no trabalho de redução de danos do uso de drogas, HIV, tabagismo, saúde sexual e em prisões. A K•A•C é responsável pelo projeto Global State of Tobacco Harm Reduction (GSTHR) que mapeia o desenvolvimento da redução de danos do tabaco e o uso, a disponibilidade e as respostas regulatórias aos produtos de nicotina mais seguros, bem como a prevalência do tabagismo e da mortalidade relacionada em mais de 200 países e regiões do mundo. Para todas as nossas publicações e dados em tempo real, acesse https://gsthr.org

Nosso financiamento: o projeto GSTHR é produzido com o auxílio de uma bolsa da Foundation for a Smoke Free World, uma organização independente e global sem fins lucrativos [501(c)(3)] dos Estados Unidos. Conforme os termos do acordo de financiamento, o projeto e suas publicações mantêm total independência editorial em relação à Fundação.

---

[i] GSTHR. (2022a). *What is Tobacco Harm Reduction?* (GSTHR Briefing Papers). Global State of Tobacco Harm Reduction. https://gsthr.org/briefing-papers/what-is-tobacco-harm-reduction/.

[ii] GSTHR. (2022c). *What is snus and how is it used?* (GSTHR Briefing Papers). Global State of Tobacco Harm Reduction. https://gsthr.org/briefing-papers/what-is-snus/.

[iii] GSTHR. (2023a). *What are nicotine pouches, and how are they made?* (GSTHR Briefing Papers). Global State of Tobacco Harm Reduction. https://gsthr.org/briefing-papers/what-are-nicotine-pouches/.

[iv] Jerzyński, T., & Stimson, G. V. (2023). Estimation of the global number of vapers: 82 million worldwide in 2021. *Drugs, Habits and Social Policy, ahead-of-print*(ahead-of-print). https://doi.org/10.1108/DHS-07-2022-0028.

[v] Jerzyński, T., Harding, J., & Stimson, G. V. (2023). Global survey of consumer organizations advocating for safer nicotine products. *Public Health Challenges*, 2(1), e58. https://doi.org/10.1002/puh2.58.

[vi] GSTHR. (2022b). *The right to health and the right to tobacco harm reduction* (GSTHR Briefing Papers). Global State of Tobacco Harm Reduction. https://gsthr.org/briefing-papers/the-right-to-health-and-the-right-to-tobacco-harm-reduction/.

[vii] *Electronic Cigarettes. Volume 508: Debated on Wednesday 7 April 2010.* (2010, abril 7). Hansard – UK Parliament. https://hansard.parliament.uk//commons/2010-04-07/debates/10040762000014/ElectronicCigarettes.

[viii] Medicines and Healthcare Products Regulatory Agency. (2010, fevereiro). *Public consultation (MLX 364): The regulation of nicotine containing products (NCPs). Archived on 6 Dec. 2014*. UK Government Web Archive. https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20141206013310/http://www.mhra.gov.uk/Publications/Consultations/Medicinesconsultations/MLXs/CON065617.

[ix] Bloomberg Philanthropies Launches New $160 Million Program to End the Youth E-Cigarette Epidemic. (2019, setembro 10). *Bloomberg Philanthropies.* https://www.bloomberg.org/press/bloomberg-philanthropies-launches-new-160-million-program-end-youth-e-cigarette-epidemic/.

[x] *Major funding announcement puts Bath TCRG at centre of new $20 million global industry watchdog.* (2018, agosto 14). https://www.bath.ac.uk/announcements/major-funding-announcement-puts-bath-tcrg-at-centre-of-new-20-million-global-industry-watchdog/.

[xi] *Funding boost for the Tobacco Control Research Group.* (2023, fevereiro 28). https://www.bath.ac.uk/announcements/funding-boost-for-the-tobacco-control-research-group/.

[xii] GSTHR. (2023b, abril). *The Framework Convention on Tobacco Control (FCTC) and the Conference of the Parties (COP): An explainer (updated April 2023).* Global State of Tobacco Harm Reduction. https://gsthr.org/briefing-papers/the-framework-convention-on-tobacco-control-fctc-and-the-conference-of-the-parties-cop-an-explainer-updated-april-2023/.

[xiii] New Zealand Ministry of Health – Manatū Hauora. (2020, novembro 1). *About the Smokefree Environments and Regulated Products (Vaping) Amendment Act*. Ministry of Health NZ. https://www.health.govt.nz/our-work/regulation-health-and-disability-system/vaping-herbal-smoking-and-smokeless-tobacco-products-regulation/about-smokefree-environments-and-regulated-products-vaping-amendment-act.